



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0292561-7 – Vara Única da Comarca de Lagoa do Ouro-PE

APELANTE: Ivan Fernandes Beserra
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Desembargador Roberto Ferreira Lins
PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA E USO DE DOCUMENTO FALSO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO RELATIVA AO CRIME PREVISTO NO ART. 282, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL. CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO. ATIPICIDADE. APELO PROVIDO.

- 1- A prescrição é matéria de ordem pública, que se impõe seja declarada até de ofício. Atingida a própria pretensão persecutória do Estado pelo decurso do tempo em relação ao crime de exercício ilegal da medicina, como suscitado pela Procuradora de Justiça, resta superado o pleito meritório relativo ao mesmo.
- 2- Extinção da punibilidade, em face da prescrição reconhecida. Decisão Unânime.
- 3- Não há se falar em uso de documento falso, para efeitos penais, quando tal documento sai da esfera de disponibilidade pessoal sem uma conduta comissiva do próprio agente, mas apenas em razão de uma atuação compulsória de terceiros.
- 4- Apelo provido para dar provimento ao recurso para, com suporte no art. 386, III, do Código de Processo Penal, absolver o apelante quanto ao delito previsto no art. 304 do Código Penal. Decisão Unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Apelação Criminal* n.º 0292561-7, da *Vara Única de Lagoa do Gato*, em que é apelante Ivan Fernandes Beserra e apelado o Ministério Público de Pernambuco. Os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em sessão realizada em 10/09/2014, acordam em, acolher a preliminar de prescrição em relação ao crime previsto no art. 282, parágrafo único, do CP, e, no mérito, dar provimento ao recurso para absolver o apelante em relação ao delito previsto no art. 304 do CP, tudo de acordo com a ementa e os votos digitados em anexo, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 10 de Setembro de 2014 (2014)

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



Apelação Criminal n.º 0292561-7 – Vara Única da Comarca de Lagoa do Ouro-PE

APELANTE: Ivan Fernandes Bezerra
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Desembargador Roberto Ferreira Lins
PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por Ivan Fernandes Bezerra contra a sentença que o condenou pela prática dos crimes previstos no art. 282, parágrafo único, e no art. 304, ambos do Código Penal, c/c art. 69 do Código Penal, as penas de 06 (seis) meses de detenção e 25 (vinte e cinco) dias-multa pelo crime de exercício ilegal da medicina, e de 03 (três) anos de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa pelo crime de uso de documento falso, sendo as penas privativas de liberdade substituídas por medidas restritivas de direito e a pena de multa somada, totalizando 60 (sessenta) dias-multa.

Alega que é formado em Odontologia pela Faculdade ASCES e em Medicina no Paraguai, chegando até a ter concessão da Universidade Estadual Paulista de uma numeração do Crefepe para exercer a profissão de clínico geral por tempo determinado, sendo diligente nas suas funções na Comunidade de Lagoa de Ouro.

Afirma que dentre várias especializações, participou de um Congresso de Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial, recebendo em sua residência via correio, o documento conferindo-lhe atribuição para o exercício da odontologia, na especialidade cirurgia e traumatologia buco-maxilo facial. Desse modo, afirma que, sendo formado em odontologia e medicina, passou a exercer sua profissão sem qualquer receio de estar infringindo norma penal, não tendo potencial consciência da ilicitude de seus atos.

Assere que deve ser reconhecida a tese de erro de proibição direto, afastando-se sua responsabilidade criminal, para que seja absolvido nos termos do art. 386, VI, do Código de Processo Penal.

Em contrarrazões de fls. 357/363, o Representante do Ministério Público afirma que há provas suficientes de que o apelante exerceu ilegalmente a medicina e usou documento falso, tendo consciência da ilicitude de seus atos, não sendo crível que uma pessoa com curso superior em odontologia acredite que a participação em um Congresso de Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial o tornaria apto ao exercício da medicina.

Afirma que o fato de o réu ter concluído o curso de medicina por instituição no Paraguai, não o habilita para o exercício da profissão no Brasil, acrescentando que se o mesmo teve uma autorização para o exercício de clínico geral por prazo certo e improrrogável, ciente estava de que passado o prazo não poderia mais atuar exercendo a profissão.

A Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 374 a 379, opina, preliminarmente, pela prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa em relação ao delito previsto no art. 282, parágrafo único, do Código Penal, e, no mérito, que deve ser absolvido pela prática do crime de uso de documento falso por ausência do requisito essencial de caracterização do tipo, qual seja o efetivo uso do documento, não sendo suficiente o mero porte.

Está feito o relatório.

À Doutra revisão.

Recife, 05 de Abril de 2013.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



Apelação Criminal n.º 0292561-7 – Vara Única da Comarca de Lagoa do Ouro-PE

APELANTE: Ivan Fernandes Beserra
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Desembargador Roberto Ferreira Lins
PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE PRELIMINAR

Conforme relatado, cuida-se de recurso de apelação interposto por Ivan Fernandes Bezerra contra a sentença que o condenou pela prática dos crimes previstos no art. 282, parágrafo único, e no art. 304, ambos do Código Penal, c/c art. 69 do Código Penal, as penas de 06 (seis) meses de detenção e 25 (vinte e cinco) dias-multa pelo crime de exercício ilegal da medicina, e de 03 (três) anos de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa pelo crime de uso de documento falso, sendo as penas privativas de liberdade substituídas por medidas restritivas de direito e a pena de multa somada, totalizando 60 (sessenta) dias-multa.

Inicialmente, cumpre analisar a tese sustentada pela d. Procurador de Justiça, de que deve ser extinta a punibilidade em relação ao crime de exercício ilegal da medicina, ante a prescrição da pretensão punitiva, tendo em vista que o art. 119 do Código Penal prevê que, no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

Portanto, nestas condições, e como se trata a prescrição de matéria de ordem pública, cujo reconhecimento se impõe seja procedido até de ofício, nos termos do art. 61 do Código de Processo Penal, tão logo se manifeste, deve a matéria de analisada.

Verifica-se que o réu foi condenado a uma pena privativa de liberdade de 06 (seis) meses de detenção pelo referido delito. Logo, seu prazo prescricional resta disposto em 02 (dois) anos, conforme previsto na anterior redação do art. 109, VI, do Código Penal, aplicável ao caso, sendo irretroativa a Lei nº 12.234/2010, que deu nova redação ao inciso aumentando o prazo para 03 (três) anos, por ser prejudicial ao réu, não se podendo olvidar que, transitada em julgada a decisão para a acusação, a prescrição deve ser regida pela pena aplicada.

Cumpre esclarecer que o fato tido como criminoso ocorreu em 08/07/2005, sendo inaplicável ao presente feito, a nova redação do art. 366 do Código de Processo Penal, dada pela Lei nº 9.271/96, já que a suspensão do curso do prazo prescricional (regra de direito material) é prejudicial ao réu, conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça, cujo aresto segue abaixo:

- (...) 1. É pacífico o entendimento de que sobressai a feição material da Lei 9.271/96, que deu nova redação ao art. 366, 367 e 368 do CPP, em vista de conter preceito relativo à prescrição. Dessa forma, não pode ser aplicada aos delitos praticados antes de sua vigência, por ser mais gravosa, já que determina tanto a suspensão do processo como do prazo prescricional caso o acusado, citado por edital, não comparecer ou constituir Advogado. É pacífica, ainda, a jurisprudência sobre a impossibilidade de aplicação na novel legislação de forma parcial.
2. Dessa forma, constitui constrangimento ilegal a suspensão do prazo prescricional, em razão de o réu, citado por edital, não ter comparecido ou constituído Advogado, sem a consequente suspensão do processo. (...) (HC 110.767/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 23/03/2010, DJe 03/05/2010)



No caso em comento, vê-se, à fl. 138, que a denúncia foi recebida em 19/12/2006 e que a sentença foi publicada em 28/08/2012 (fl. 316), ou seja mais de 05 (cinco) anos depois, restando clara a configuração da prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa em relação ao crime de exercício ilegal da medicina.

Outrossim, ainda que se entenda que o art. 366 do CPP na sua nova redação, deve ser aplicado, como entendeu a d. Procuradoria de Justiça em seu parecer, igualmente resta configurada a prescrição.

Observe à fl. 185, pois, que, em 20/08/2008, após 01 (um) ano, 08 (oito) meses e 01 (um) dia do recebimento da denúncia, o feito foi suspenso nos termos do art. 366 do CPP, visto que, intimado por edital o réu não compareceu em juízo.

Consta, à fl. 268, que o feito voltou a transcorrer normalmente, sendo revogada a suspensão do processo em 27/10/2011, e que a sentença foi publicada em 28/08/2012 (fl. 316), ou seja, após 10 (dez) meses e 01 (um) dia, do retorno do transcurso do processo.

Consequentemente, mesmo que somando o decurso dos prazos prescricionais entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória, excetuando-se do computo a referida suspensão processual, obtem-se o prazo total de 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 02 (dois) dias, configurando-se a prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa, pois superado o prazo prescricional supramencionado de 02 (dois) anos.

Ante o exposto, voto no sentido de declarar, em consonância com o parecer do d. Procurador de Justiça, a extinção da punibilidade do réu em relação ao crime previsto no art. 282, parágrafo único, do Código Penal, pela prescrição da pretensão punitiva, com fundamento no art. 107, IV, e no art. 109, VI, ambos do Código Penal.

É como voto.


Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 0000043-58.2006.8.17.0880 (0292561-7)
Comarca: Lagoa do Ouro
Vara: Vara Única
Apelante: Ivan Fernandes Beserra
Advogado: Josival Miguel de Lima
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor convocado: Juiz Laiete Jatobá Neto

MÉRITO DA REVISÃO

Na hipótese de ser superada a preliminar arguida com relação ao crime de exercício ilegal da medicina art. 282, § único do CP, passo a enfrentar o mérito do recurso.

A materialidade se encontra evidenciada através de diversos documentos e prontuários médicos fornecidos pelo Hospital e Maternidade de Lagoa do Ouro presentes nos autos às fls. 22/47, assinados pelo Apelante.

A autoria resta comprovada pelos depoimentos das testemunhas (fls. 197 e 202), como também das declarações do próprio acusado que admitiu em juízo ter atendido pacientes no plantão do mencionado hospital.

Além disso, na condição de profissional graduado em Odontologia, tinha plena consciência da conduta ilícita, uma vez que tentou validar seu diploma de medicina obtido no exterior, porém só obteve autorização provisória do CREMEPE para exercer a função de clínico geral no período de 11.07.02 a 11.07.03, entretanto, continuou a exercer a medicina até ter sido flagrado no dia 08.07.2005.

Dessa forma, resta configurado o crime previsto no art. 282, § único, do CP, devendo a sentença ser mantida em todos os seus termos.

No que concerne ao delito de uso de documento falso (art. 304 do CP), tenho que o Apelante deve ser absolvido das acusações.

Consta nos autos que foi apreendida em poder do Apelante, ao ser conduzido à Delegacia para prestar declarações sobre o crime de exercício ilegal da medicina, uma carteira profissional em que consta a qualificação de Cirurgião Buco Maxilo Facial, supostamente emitida pelo Conselho Federal de Odontologia, documento este considerado falso por esse Conselho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

A materialidade delitiva resta comprovada através do Laudo Pericial às fls. 111/115, que conclui ser a Carteira de Cirurgião-dentista autêntica, porém, a Carteira de Cirurgião Buco Maxilo Facial e Clínico Geral considerada falsa.

A testemunha Nilva Maria Mendes de Sá, Secretária de Saúde do Município, **declarou às fls. 202, que o réu não chegou a apresentar à depoente as carteiras de odontologista anexas aos autos.**

A simples posse de documento falso não é suficiente para caracterizar o crime previsto no artigo 304 do Código Penal.

Para que o crime tenha efeitos jurídicos é preciso que o documento falso seja efetivamente utilizado, o que não ocorreu no presente caso.

Nesse sentido, colaciono recente jurisprudência:

APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DEFENSIVO. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E USO DE DOCUMENTO FALSO. ATIPICIDADE DO PORTE DE DOCUMENTO FALSO, QUE NÃO É O MESMO DO QUE DELE FAZER USO. ARGUIÇÃO PRELIMINAR DE NULIDADE DA PROVA DERIVADA DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS SEM QUE SE TENHA COMPROVADO A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, JUNTADO O CD DAS GRAVAÇÕES OU DEGRAVADO TODO O SEU CONTEÚDO, QUE VAI ACOLHIDA. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. Recurso provido. (Apelação Crime Nº 70057743528, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Batista Marques Tovo, Julgado em 08/05/2014)(TJ-RS - ACR: 70057743528 RS , Relator: João Batista Marques Tovo, Data de Julgamento: 08/05/2014, Terceira Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 23/05/2014)

Desta feita, em consonância com o entendimento do em. Procurador de Justiça, deve ser o Apelante absolvido da acusação de prática do delito de uso de documento falso.

Diante do exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO APELO** para, mantida a condenação pela prática do crime de exercício ilegal da medicina (art. 282, § único, CP), absolver o Apelante quanto ao delito previsto no art. 304 do CP.

É como voto.

Recife, 10/09/2014.


JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO
REVISOR CONVOCADO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0292561-7 – Vara Única da Comarca de Lagoa do Ouro-PE

APELANTE: Ivan Fernandes Beserra
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Desembargador Roberto Ferreira Lins
PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa
ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

VOTO DE MÉRITO

Superada a questão meritória relativa ao crime de exercício ilegal da medicina, em decorrência do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, passo à análise do feito relativo à condenação remanescente pelo crime de uso de documento falso.

Pois bem.

Narra a denúncia que “o acusado foi flagrado por policiais exercendo, com o intuito de lucro, a profissão de médico, sem possuir autorização legal para tanto. Logo em seguida, o denunciado foi conduzido à Delegacia de Polícia, quando então foi apreendida em seu poder carteira de identificação profissional supostamente emitida pelo Conselho Federal de Odontologia, documento esse público e que fora pelo réu falsificado integralmente.”

Inicialmente, registro que dúvidas não há quanto à materialidade do delito em comento, sobretudo pelo ofício do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco (fl. 71), e pelo laudo pericial de fls. 110/120, que concluiu que apenas a carteira profissional onde consta o apelante como cirurgião dentista é autêntica, sendo falsa a carteira em que sua qualificação profissional está como cirurgião buco maxilo facial e clínico geral.

Porém, diante da minuciosa análise das provas acostadas aos autos, a meu ver, merece acolhida a pretensão absolutória manejada na peça recursal, pois como bem observado pelo d. Procurador de Justiça, a conduta atribuída ao apelante mostra-se atípica.

O delito de uso de documento falso, tipificado no art. 304 do Código Penal, pressupõe para sua configuração uma conduta ativa por parte do agente, qual seja, “fazer uso”, sendo classificado como um delito comissivo.

Consta no termo de declarações prestado pelo policial civil José Paulo Euclides Pereira, à fl. 10, que o apelante se identificou como dentista e apresentou documento de identificação oficial juntamente com outros documentos e que, na delegacia, entre a documentação apreendida com o mesmo foi encontrada uma carteira falsificada.

No depoimento prestado pela testemunha Nilva Maria Mendes de Sá, à fl. 202, a mesma esclarece que “o réu não chegou a apresentar para a depoente as carteiras de odontologista que estão anexas aos autos”.

Na presente hipótese, não se discute se a apresentação foi espontânea, por ato unilateral, ou a requerimento da autoridade policial no exercício de sua função investigatória, pois, conforme demonstrado, o documento só foi apreendido em razão da ação dos policiais, sem qualquer conduta por parte do acusado.

Como bem ressaltado pelo d. Procurador de Justiça, à fl. 377, “se faz ausente, *in casu*, um dos requisitos essenciais à caracterização do tipo penal em questão. É que, para a configuração do delito previsto no art. 304 do Código Penal, faz-se necessário o efetivo uso do documento público falso, não se mostrando suficiente o mero porte, sem a sua exibição à autoridade policial, tal qual se verifica na hipótese dos autos.”

De acordo com a doutrina e a jurisprudência, para a configuração do delito de uso de documento falso é necessária a efetiva utilização do documento, *sponte propria*, ou quando reclamado pela autoridade competente. Logo, não se mostra razoável condenar o réu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0292561-7 – Vara Única da Comarca de Lagoa do Ouro-PE

pela prática do crime de uso de documento falso, tão só, em razão de ele portar o documento apreendido.

Nesse sentido, a lição de GUILHERME DE SOUZA NUCCI (Código Penal Comentado, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007, p. 981/982).

“...cremos ser totalmente irrelevante se o agente utiliza o documento falso em ato unilateral ou se o faz porque qualquer autoridade assim exige. Há perfeita possibilidade de configuração do tipo penal quando a exibição de uma carteira de habilitação falsa, por exemplo, é feita a um policial rodoviário que exige a sua apresentação, por estar no exercício da sua função fiscalizadora (...) Ressalte-se, no entanto, que o encontro casual do documento falso em poder de alguém (como ocorre por ocasião de uma revista policial) não é suficiente para configurar o tipo penal, pois o núcleo é claro: 'fazer uso'. (grifei)

Na mesma linha o entendimento, traz-se à colação os seguinte arestos do superior Tribunal de justiça:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. USO DE DOCUMENTO FALSO I. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. POSSIBILIDADE. EXAME SEM PROFUNDO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. 2. PORTE DE DOCUMENTO FALSO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. 3. ORDEM CONCEDIDA. 1. O habeas corpus, ação de natureza constitucional, é antídoto de prescrição restrita, que se presta a reparar constrangimento ilegal evidente, incontroverso, indisfarçável e que, portanto, mostra-se de plano comprovável e perceptível ao julgador. Não se destina à correção de equívocos, controvérsias ou situações que, ainda que existentes, demandam, para sua identificação e correção, um amplo e aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, hipótese que não se configura no caso em exame, visto que o pleito de absolvição sustenta-se no argumento de que o documento não foi utilizado pelo paciente, tendo sido apreendido em revista pessoal promovida pelos policiais, circunstância que restou devidamente consignada nas decisões proferidas pelas instâncias ordinárias. 2. O delito de uso de documento falso pressupõe a efetiva utilização do documento, sponte própria, ou quando reclamado pela autoridade competente, não sendo, portanto, razoável, imputar ao paciente conduta delituosa consistente tão só na circunstância de tê-lo em sua posse. 3. Habeas corpus concedido. (HC 145.500/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 01/12/2011, DJe 19/12/2011) Grifo nosso.

PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSIFICADO. CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO TIPICIDADE. POSSE. I – A simples posse de documento falso não basta à caracterização do delito previsto no art. 304 do Código Penal, sendo necessária sua utilização visando atingir efeitos jurídicos. O fato de ter consigo documento falso não é o mesmo que fazer uso deste. II – Se o acusado em nenhum momento usou ou exibiu a documentação falsificada, tendo a autoridade policial tomado conhecimento de tal documento após despojá-lo de seus pertences, não se configura o crime descrito no art. 304 do Código Penal. Recurso desprovido. (Resp n.º 256.181/SP, Relator o Ministro Felix Fischer, DJ de /2002.) Grifo nosso.

CONSTITUCIONAL. PENAL. DOCUMENTO FALSO. EXIBIÇÃO.
COMPETÊNCIA. JUÍZO ESTADUAL.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0292561-7 – Vara Única da Comarca de Lagoa do Ouro-PE

- Trazer consigo documentos pertencentes a outra pessoa e no qual foi inserido fotografia do portador, não caracteriza o delito do art. 304, do CP, sendo indispensável o uso do documento falso.
- Na hipótese, portar documento falso, não se encasa nas hipóteses de competência da Justiça Federal, previstas no art. 109, da Constituição Federal.
- Conflito de Competência conhecido. Competência do Juízo da Vara Criminal de Araruama/RJ. (CC 32.839/RJ, Rel. Ministro VICENTE LEAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2002, DJ 19/08/2002)

Desse modo, não há se falar em uso de documento falso, para efeitos penais, quando tal documento sai da esfera de disponibilidade pessoal sem uma conduta comissiva do próprio agente, mas apenas em razão de uma atuação compulsória de terceiros, tal como na busca pessoal realizada por policiais civis, a apreensão no interior de sua residência ou veículo, não havendo como se presumir que o mesmo efetivamente faria uso deste, sendo atípica a conduta de simples portar documento falso.

Ante o exposto, voto no sentido de se dar provimento ao recurso para, com suporte no art. 386, III, do Código de Processo Penal, absolver o apelante quanto ao delito previsto no art. 304 do Código Penal.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 0000043-58.2006.8.17.0880 (0292561-7)
Comarca: Lagoa do Ouro
Vara: Vara Única
Apelante: Ivan Fernandes Beserra
Advogado: Josival Miguel de Lima
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor convocado: Juiz Laiete Jatobá Neto

DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - PRELIMINAR

Cuida-se de recurso de apelação com o intento de ver reformada a sentença que condenou IVAN FERNANDES BESERRA à pena de 06 (seis) meses de detenção e multa de 25 (vinte e cinco) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 282, § único, do CP, e à pena de 03 (três) anos de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa, pelo crime previsto no art. 304 do CP.

O em. Procurador de Justiça aponta, preliminarmente, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal com relação ao delito tipificado no art. 282, parágrafo único, do CP, porquanto o art. 119 do CP dispõe que, com caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada crime, isoladamente.

Conforme mencionado, o Apelante foi condenado a uma pena de 06 (seis) meses de detenção. O prazo prescricional, neste caso, é de 02 (dois) anos, conforme previa o art. 109, VI, do CP à época dos fatos, sendo irretroativa a nova redação do mencionado artigo introduzida pela Lei 12.234/10 que elevou o prazo prescricional para 03 (três) anos.

O crime se deu no dia **08.07.2005**, o recebimento da denúncia ocorreu em **19.12.2006**. Foi decretada a suspensão do feito em **20.08.2008**, nos termos do art. 366 do CPP, tendo decorrido nesse intervalo 01 (um) ano e 08 (oito) meses. O processo voltou a correr em **27.10.2011**, após a revogação da suspensão (fl. 268), tendo transcorrido entre esta data e a prolação da sentença condenatória em **28.08.2012**, 10(dez) meses e 01 (um) dia.

Desta feita, somando-se os dois períodos acima citados, verifica-se que entre os dois marcos interruptivos decorreram mais de 02 (dois) anos, restando configurada a extinção da punibilidade em relação ao agente.

397



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Posto isto, voto preliminarmente no sentido de ser declarada, de ofício, a prescrição da pretensão punitiva, com a consequente extinção da punibilidade do Apelante, com relação ao crime previsto no art. 304 do CP.

É como voto.

Recife, 10/09/2014.


JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO
REVISOR CONVOCADO